

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , DE 2024
(Do Sr. Josenildo)

Solicita informações ao Ministro de Estado da Fazenda sobre a estimativa de impacto orçamentário e financeiro decorrente da aprovação do Projeto de Lei nº 2.093, de 2023.

Senhor Presidente,

Requeiro com base no art. 50 da Constituição Federal e na forma dos arts. 115 e 116 do Regimento Interno, que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas as seguintes informações ao Ministro de Estado da Fazenda, acerca, do Projeto de Lei nº 2.093, de 2023, de autoria do Deputado André Figueiredo, que altera a Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, para conceder isenção do Imposto Sobre Produtos Industrializados – IPI aos automóveis que possuam sistema de tração nas quatro rodas adquiridos por motoristas profissionais e cooperativas de trabalho, independentemente da cilindrada e da origem do combustível veicular:

1) estimativa do impacto orçamentário e financeiro para o presente exercício e para os exercícios de 2025, 2026 e 2027, acompanhada da memória e das premissas e metodologia de cálculo utilizadas (conforme exigido pela Lei de Responsabilidade Fiscal e pela Lei de Diretrizes Orçamentárias), em decorrência da aprovação do do Projeto de Lei nº 2.093, de 2023.

2) eventual sugestão de fonte de recurso para compensar a aprovação do Projeto de Lei nº 2.093, de 2023.

JUSTIFICAÇÃO

O Projeto de Lei nº 2.093, de 2023, altera a Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, para conceder isenção do Imposto Sobre Produtos Industrializados – IPI aos automóveis que possuam sistema de tração nas quatro rodas adquiridos por motoristas profissionais e cooperativas de trabalho,



independentemente da cilindrada e da origem do combustível veicular.

Por se tratar de uma proposta que pode promover impacto no orçamento da União, sob a forma de renúncia de receita, solicito, na qualidade de relator da matéria na Comissão de Finanças e Tributação, os dados sobre a estimativa do impacto orçamentário e financeiro do referido Projeto, bem como informações relacionadas aos projetos apensados.

Destaco ainda que a obtenção das informações é fundamental e necessária para atender à exigência do caput do art. 132 da LDO 2024, e dos arts. 16 e 17 da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), com o objetivo de estimar os efeitos financeiros e orçamentários decorrentes da medida e, se necessário, adotar medidas de compensação.

Adicionalmente, informamos que o texto completo da proposta, assim como as proposições apensadas, pode ser acessado na página da Câmara dos Deputados: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2357860> > .

Sala das Sessões, em 09 de outubro de 2024.

Deputado **JOSENILDO**

(PDT/AP)

